

# POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - e-mail: [povolive@psd.pt](mailto:povolive@psd.pt)



José Luís  
Moreira da Silva

Editorial

## Reunião dos Parlamentares do PSD



## Vibrante discurso de Marques Mendes no encerramento das Jornadas

### Destaques:

Marques Mendes encerra Jornadas Parlamentares do PSD, em Barcelos; discurso de Marques Guedes

Pag 2 e seguintes

Guilherme Silva leva à Assembleia da República as eleições da Madeira

Leia em "Parlamento"

Daniel Figueiro eleito Vice-Presidente da Juventude do Partido Popular Europeu

Leia na Página da JSD

## O presidente do PSD defende a realização do referendo sobre o Tratado da União Europeia

O líder do PSD defende que deve haver um referendo em Portugal, sobre o futuro Tratado da União Europeia, independentemente do conteúdo do documento que substituirá o projecto de Constituição Europeia.

«Entendo que qualquer que venha a ser o conteúdo do futuro Tratado Europeu, em Portugal, ele deve ser objecto de referendo e não ratificado por via parlamentar», disse o nosso Presidente na passada quarta-feira, no encerramento do seminário «50 anos dos Tratados de Roma: Balanço e Perspectivas», que assinalou o Dia da Europa, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Marques Mendes considera que o referendo ao próximo Tratado europeu é uma questão «de legitimidade, um imperativo ético e uma questão de lucidez política». «Todos os políticos prometeram este referendo, que até já teve data marcada. Agora não se pode dar outra machadada na credibilidade política», lembrou.

Em declarações aos jornalistas no final do seminário, Marques Mendes defendeu ainda a ideia de um tratado mais pequeno, que



permita o normal funcionamento das instituições da UE e reúna o consenso dos 27 Estados-membros.

Para Marques Mendes, são essenciais novos equilíbrios e posicionamento da UE numa

futura ordem global, reconhecendo que para sobre a Europa alguma indecisão estratégica. «A União Europeia precisa agora de se adaptar à realidade, de responder às necessidades daqueles a quem

deve servir - os Estados que representam as Nações que a constituem, os cidadãos europeus - e ainda questões tão básicas como a orientação estratégica e o alcance da renacionalização das políticas europeias», disse a terminar.

### Reunião dos Parlamentares do PSD

## Vibrante discurso de Marques Mendes no encerramento das Jornadas



Nos dias 11 e 12 de Maio, em Barcelos, realizaram-se as Jornadas Parlamentares do PSD, que fiaram

marcadas pela seriedade e

aprofundamento dos temas importantes que foram escolhidos para discussão.

Abertos os debates pelo Presidente do Grupo Parlamentar (que salientamos noutro ponto deste artigo), os trabalhos foram encerrados pelo nosso Presidente, Luís Marques Mendes, que proferiu um muito importante discurso programático, enumerando e desenvolvendo as grandes linhas partidárias que – a bem de Portugal! – o nosso partido está a preparar e a desenvolver. Damos na íntegra o texto deste importante documento:

“Cumprimento o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD pela qualidade destas Jornadas e, sobretudo, pelo trabalho competente e firme que tem desenvolvido.

Saúdo as Senhoras e Senhores Deputados, membros do Grupo Parlamentar do PSD, a quem agradeço o trabalho sério e empenhado que têm desenvolvido em prol do projecto que defendemos para Portugal;

Saúdo os conferencistas que participaram nestas Jornadas Parlamentares. As reflexões que connosco partilharam foram um contributo de extrema qualidade e importância e, por isso, agradeço presença de todos;

Cumprimento e agradeço a presença do Senhor Presidente da Câmara de Barcelos, Dr. Fernando Reis, a quem dirijo uma particular saudação pelo caloroso acolhimento que nos foi dado e a quem saúdo pelo exemplo de autarca notável que tem sido à frente do concelho mais jovem



de Portugal.

Cumprimento o Senhor Presidente da Distrital de Braga do nosso partido e na sua pessoa todos os sociais-democratas do Distrito de que me orgulho ser militante.

Cumprimento os dirigentes nacionais, distritais e locais do PSD que nos deram o prazer de estar connosco nestas Jornadas;

Senhoras e Senhores Deputados: muito se tem falado em Portugal da qualidade da nossa democracia. Em boa verdade, a melhor forma de os Portugueses aprofundarem a sua relação com a democracia passa por uma coisa essencial: uma boa governação e resultados concretos que melhorem o nível de vida dos Portugueses.

Infelizmente, neste plano, as notícias não auguram grande esperança no futuro.

O desemprego é um flagelo enorme. Não falo de estatísticas. Falo de milhares de pessoas - especialmente nesta região - que perderam o seu emprego e que não conseguem obter um novo posto de trabalho.

O desemprego dos jovens é um drama. São milhares de jovens que acabam os estudos e não vêm uma oportunidade de emprego.

O endividamento das famílias atinge proporções preocupantes. Todos ficamos chocados ao ver as estatísticas do endividamento. Mas pior ficamos quando nos confrontamos com pessoas em concreto - pessoas de carne e osso, Portugueses como nós que todos os meses têm de pagar ao Banco as prestações da sua casa e que não têm dinheiro para o fazer.

O poder de compra baixa todos os anos. Nos últimos 2 anos caiu mais de 5% em relação à média europeia. A maior queda do poder de compra dos últimos 22 anos. Só que o mais penalizador é que por trás deste número estão milhares de famílias que vivem apenas do seu salário e que ao fim do mês sentem menos dinheiro para custear as despesas.

A emigração voltou a Portugal. Não é uma ficção. É uma realidade. Especialmente aqui, no Norte de Portugal, são já milhares de pessoas que têm de emigrar para Espanha e para outros países. A democracia deu-lhes a esperança de se realizarem pessoal e profissionalmente dentro do seu País. Um Governo socialista obrigou-os a terem que sair de Portugal na procura de um emprego e de um mínimo de condições de vida.

O investimento produtivo cai há 2 anos consecutivos. Este é um indicador macro-económico preocupante. Mas mais do que isso. É uma realidade social concreta. São fábricas que fecham, são empresas que saem de Portugal, são PME's com a corda na garganta que não conseguem pagar aos seus fornecedores e aos seus trabalhadores.

Este é o verdadeiro retrato social que temos. A verdade é que Portugal está a baixar de divisão todos os anos.

Em cada ano que passa há um novo País que nos ultrapassa. Em cada ano que passa os Portugueses estão mais pobres, mais endividados e mais longe do nível de vida dos Europeus.

Todos os dias o Governo pede mais sacrifícios. Há sempre pretextos e explicações para pedir mais sacrifícios. O que ninguém consegue descortinar é o retorno dos sacrifícios que se fazem, é a contrapartida económica e social dos esforços a que são chamadas as famílias Portuguesas.

Não nos iludamos. Esta é a realidade de hoje. Mas pelo caminho que as coisas levam vai ser também a realidade dos próximos anos.

Não há hoje em Portugal nenhum projecto de desenvolvimento do País. Este governo limita-se a gerir o continuado empobrecimento de Portugal.

A nossa política não é esta. A nossa política é outra, é diferente e assenta em linhas essenciais:

Primeiro: assumimos com clareza o objectivo de colocar Portugal a convergir com a Europa, por forma a que em 2013, último ano de aplicação dos Fundos Estruturais, possamos alcançar, em termos de rendimento por habitante, pelo menos, 80% da média comunitária. Só dessa forma criamos riqueza. Só desse modo combatemos o desemprego.

Segundo: reformar o Estado e rever as suas funções. Não queremos um Estado mínimo, mas queremos um Estado mais pequeno, mais eficiente e menos gastador.

O problema não se resolve extinguindo serviços e mantendo as mesmas funções. O problema resolve-se transferindo para a iniciativa privada e para a iniciativa social funções que não devem pertencer ao Estado.

Um exemplo, apenas. Cinco empresas de Transportes - 4 em Lisboa e 1 no Porto - custaram a cada Português nos últimos 4 anos, 700 Euros. Os seus prejuízos acumulados significam um encargo para cada Português de 2400 Euros. Estas empresas geraram em 4 anos um défice equivalente a 6% do PIB, da nossa riqueza nacional.

Este descalabro é insuportável.

Não é admissível que se peçam sacrifícios aos mais pobres e se asfixie com impostos a classe média, quando o Estado central é um péssimo exemplo de desperdício e de delapidação de dinheiros públicos.

Terceiro: baixar os impostos, começando no IVA e no IRC, a pensar nas empresas e na classe média. É uma política necessária, virtuosa e urgente.

Necessária para atrair novos investimentos e começar a estancar a saída de empresas de Portugal.

Virtuosa, porque obriga o Estado a ser mais exigente e menos preguiçoso na diminuição das suas despesas improdutivas e inúteis.

Urgente, porque este é o único factor que, no curto prazo, nos pode dar resultados concretos em termos de competitividade e de atracção de



investimento.

Doutra forma, corremos o risco, daqui a uns anos, de termos contas publicas em ordem mas já não termos nem economia, nem empresas, nem novas oportunidades de emprego.

Quarto: uma política activa de apoio às PME's. O Governo deslumbra-se com meia-dúzia de grandes empresas e despreza as PME's.

Por nós, as PME's são o motor da economia e as grandes geradoras de emprego.

«Obrigador o Estado a pagar a tempo e horas aos seus fornecedores, a grande maioria PME, e quando o Estado não cumprir esta exigência, as suas dívidas passarão a poder ser usadas pelas empresas como compensação das suas obrigações fiscais»

Já o disse e repito. Comigo no Governo, haverá um Ministro das PME's e elas passarão a ser as grandes aliadas do nosso crescimento económico e social.

A primeira medida a tomar, neste domínio será de uma importância capital para as PME's: obrigar o Estado a pagar a tempo e horas aos seus fornecedores, a grande maioria PME's, e quando o Estado não

cumprir esta exigência, as suas dívidas passarão a poder ser usadas pelas empresas como compensação das suas obrigações fiscais.

Quinto: mudar a sério na Educação. Connosco no Governo terminarão as agressões permanentes aos professores e aos demais funcionários públicos. Mas far-se-ão mudanças a sério. Na gestão das escolas - acabará a chamada gestão democrática das escolas. Cada escola terá um director, escolhido em razão do mérito e por concurso público, o qual será o gestor profissional da escola. Nas Universidades, acabando com a unicidade de organização hoje existente e dando a cada Universidade o direito de se organizar como entender. É o princípio de maior liberdade para exigir maior responsabilidade.

E finalmente, o ensino profissional será uma prioridade a sério. Ao contrário do péssimo exemplo que deu recentemente o Primeiro-Ministro, o importante não é tirar um curso, alcançar um diploma ou obter um canudo. O importante é habilitar um jovem para o exercício de uma profissão.

Aqui têm, Senhores Deputados, uma Agenda diferente da do Governo, em cinco pontos capitais, os quais correspondem a



compromissos solenes que cumpriremos quando tivermos em 2009 a confiança dos Portugueses para regressar ao Governo.

É o fim das soluções conservadoras. Precisamos de quebrar rotinas. Queremos mais risco e ambição.

É cortar com a ortodoxia tradicional. O modelo de governação dos últimos anos está esgotado. Ou mudamos com coragem ou não saímos da cepa torta.

É governar doutra forma. Com alma, com espírito vencedor e com valores. Com mais espaço à livre iniciativa na economia, porque quem cria riqueza são as pessoas e as empresas. Não é o Estado. Mas com mais ambição no que toca à solidariedade e à justiça social.

Escuso-me de recordar que somos um Partido Social-Democrata. Temos valores, princípios e referências. À cabeça, está a pessoa humana e a sua dignidade. É em obediência a esse desiderato que queremos construir um País mais rico para podermos ter uma sociedade mais justa e uma Nação mais culta.

Senhoras e Senhores Deputados, em boa hora estas Jornadas debateram a problemática da Saúde.

De facto, a Saúde em Portugal está doente.

Aos Portugueses, valem de pouco os anúncios de períodos experimentais de novas linhas telefónicas, logo seguidos de inaugurações solenes, com que o Governo procura iludir a realidade.

Infelizmente, mais de dois anos desde que o actual Governo foi eleito, a Saúde está entregue à deriva mediática, à arrogância dos seus principais responsáveis, ao conflito permanente com os respectivos profissionais, à imagem da ausência de uma reforma estruturada, coerente

e credível a pensar no bem estar dos Portugueses.

O Ministro da Saúde, com a auto-suficiência dos ineficientes, persiste, dia a dia, na criação da instabilidade nos serviços de saúde e insegurança nas populações.

Os factos são objectivos:

- *Será que o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde está mais fácil? Não, a saúde está mais difícil, mais cara e mais distante das pessoas.*

- *Será que as listas de espera diminuíram? Não, as listas de espera aumentaram, quer em número, quer em tempo médio de espera.*

- *Será que os medicamentos comprados nas farmácias estão mais baratos? Não, porque acabaram ou baixaram as participações do Estado em inúmeros medicamentos.*

- *Será que a reforma dos cuidados de Saúde Primários está no bom caminho? Não. A criação das Unidades de Saúde Familiares está por concretizar. Falta planeamento, falta regulamentação, falta investimento, falta clarificar a sua relação com os actuais centros de saúde.*

- *Será que o encerramento de Serviços de Atendimento Permanente (SAP) beneficiou o sistema e os utentes? Não. Causaram o aumento dos acessos às urgências e, consequentemente, um prejuízo para serviços e utentes.*

- *Será que a racionalização dos serviços de urgência é a mais correcta? Não. É a confusão, a instabilidade e a angústia instalada na vida das pessoas. Fecham-se urgências a oito, sem critério, sem lógica e sem ponderação. Fecham-se urgências sem cuidar da criação de alternativas eficazes. Fecha-se em Portugal para que os Portugueses passem a ir a Espanha!*

- *Será que os genéricos aumentaram? Não. Depois de um grande impulso dado aos genéricos pelos Governos do PSD, a*

*quota de mercado dos genéricos estagnou. A pouco e pouco um Governo dito de esquerda vai matando uma política do maior alcance social.*

É que dizer das centenas de médicos que têm abandonado o Serviço Nacional de Saúde transferindo-se para hospitais privados? Fazem-no apenas por questões remuneratórias? Não. Fazem-no porque ali lhes dão melhores condições de trabalho, porque ali escapam à confusão e à instabilidade que reina nos serviços públicos de Saúde.

É este o estado da Saúde em Portugal.

«A Saúde exige rigor na gestão, a verdade também é que uma política de Saúde tem de ser capaz de ir mais além. Tem de salvaguardar a vida das pessoas, tem de garantir a protecção social dos Portugueses»

Se é verdade que a Saúde exige rigor na gestão, a verdade também é que uma política de Saúde tem de ser capaz de ir mais além. Tem de salvaguardar a vida das pessoas, tem de garantir a protecção social dos Portugueses.

Quem tem recursos financeiros ou seguros de saúde tem melhores soluções e mais hospitais privados a que pode aceder. Ainda bem. A iniciativa privada é bem-vinda. Digo mesmo que é imprescindível e deve ser acarinhada pelos poderes públicos.

O problema está no grande número de Portugueses que não tem possibilidades de recorrer a um hospital privado, em Portugal ou no estrangeiro.

A esses, o Governo descure e despreza, através de uma gritante insensibilidade social.

Não digo isto por estarmos na

oposição. Digo isto porque somos um Partido Social-Democrata. Temos valores, princípios e referências. E para nós a dignidade da pessoa humana, a justiça e a solidariedade social são valores incontornáveis da acção política.

É por causa destas preocupações e por obediência a estes valores que faremos no próximo mês de Junho uma interpelação ao Governo sobre o estado da Saúde em Portugal.

Senhoras e Senhores Deputados, o 2º tema de debate nestas Jornadas foi a Cultura. Ainda bem.

A Cultura é uma dimensão essencial da Democracia. Tem uma importância insubstituível na afirmação da personalidade e na formação humanística e cívica dos cidadãos. É um importante factor de desenvolvimento da sociedade.

A Cultura alicerça-se em valores e conhecimentos. O acesso à Cultura é essencial ao exercício pleno e responsável da cidadania.

A Cultura é produto e património de toda a comunidade. Tem de ser assumido e partilhado por todos.

A Cultura não é um património dos partidos à nossa Esquerda. Não reconheço aos partidos à nossa esquerda qualquer tipo de superioridade ética ou moral para se arvorarem em proprietários ou notários da Cultura em Portugal.

Sempre defendemos que o Estado deve assumir plenamente as suas responsabilidades na área da Cultura, seja no domínio da conservação patrimonial, seja na afirmação da Língua Portuguesa e no ensino das artes, seja no domínio da promoção e dignificação da criação artística.

Temos insistido em que todas essas responsabilidades devem ser partilhadas com os agentes e criadores culturais, por um lado, e com as autarquias locais, as diversas instituições, as empresas e os particulares, por outro.

Os princípios orientadores da acção do Estado devem ser a responsabilidade, a subsidiariedade e a complementaridade entre os diferentes agentes envolvidos.

Infelizmente não é isto o que vemos hoje em Portugal.

A que se dedica a Ministra da Cultura? Alguém sabe onde ela está? A última notícia mais relevante foi vê-la montada num camelo!

De resto é fácil perceber porque não aparece a Ministra: há dois anos, a grande promessa era a de fazer com que o Orçamento da Cultura atingisse 1% do Orçamento do Estado. Dois anos depois o Orçamento da Cultura baixou de 0,7% em 2005 para 0,4% em 2007.

Tudo, como sempre, ao contrário do prometido.

Sempre defendemos a posição de que o Estado não deve condicionar nem pré-determinar a vida cultural mas deve promover a criação de algumas condições de sustentabilidade da actividade dos





agentes culturais, devendo, para o efeito, adoptar medidas políticas de longo prazo que privilegiem o reforço e valorização do sector cultural em detrimento de medidas conjunturais que valorizem o carácter efémero e meramente mediático de alguns projectos

Dai a grande satisfação de ver este tema da Cultura tratado com tanto interesse nestas Jornadas Parlamentares.

Mas este debate não é um ponto de chegada. É sim um ponto de partida. Para novas acções, iniciativas e propostas.

A Cultura, faz mesmo parte da nossa Agenda Política. É o interesse de Portugal que o exige.

Senhores e Senhores Deputados, finalmente, quero falar-vos de uma outra reforma, que nos comprometemos fazer e à qual o Governo tem feito ouvidos de mercador.

Refiro-me às Leis Eleitorais.

Um Grupo de Trabalho que há 1 ano designei - integrando os nossos companheiros Marques Guedes, António Capucho e Manuel Frexes - preparou nesse domínio um trabalho sério e competente. Quero agradecer-lhes publicamente.

Estamos, agora, em condições de avançar. As três propostas que vamos fazer são estas:

Primeiro: redução de 230 para 181 do número de Deputados à Assembleia da República.

Um Parlamento mais pequeno é um Parlamento mais eficaz. Menos Deputados não significa diminuir a representação. Significa sim aumentar a sua eficácia.

Esta é uma causa pela qual nos batemos há longos anos. É tempo de a concretizar. Esta concretização só é possível com os votos favoráveis do Partido Socialista.

Quero, por isso, em nome da coerência, fazer um desafio ao Primeiro-Ministro José Sócrates: se o PS aceitou há 10 anos, na revisão da Constituição, consagrar o princípio da redução do número de Deputados, então é tempo agora de ser coerente e de lhe dar concretização prática.

Se o PS aceitou há um ano, na revisão da Lei Eleitoral da Madeira a redução de 21 Deputados no

Parlamento da Madeira, então não há razão para ter agora um critério diferente em relação à Assembleia da República.

Se a reforma do Parlamento, apresentada pelo Deputado do PS, António José Seguro, advoga e bem o princípio da redução do número de Deputados, então é tempo de passar das palavras aos actos.

Tem agora o Primeiro-Ministro José Sócrates a palavra. Em nome da eficácia do Parlamento e em nome da coerência dos comportamentos.

Segundo: Lei Eleitoral para a Assembleia da República. A proposta que fazemos é no sentido da consagração de um modelo misto: conciliar círculos uninominais com a existência de um círculo nacional.

Através dos círculos uninominais cada cidadão escolherá o seu Deputado. É o seu representante, a quem confere um mandato, a quem pede contas e exige responsabilidades. Corresponde a uma maior personalização e responsabilização da vida política.

Através do círculo nacional, cada cidadão vota sobretudo na força política que entende, garantindo, assim, a representação proporcional no Parlamento Nacional.

Com esta proposta se garante uma maior aproximação entre eleitos e eleitores. É mais um contributo para a melhoria da qualidade da nossa democracia.

Terceiro: Lei Eleitoral para as Autarquias Locais. É outra necessidade imperiosa. Já devia ter sido aprovada em 2005, antes das autárquicas. Infelizmente o PS bloqueou essa mudança. Esperemos que o não faça agora. As mudanças que propomos são estas:

- Em vez de duas eleições passará a haver apenas uma - para a Assembleia Municipal e para a Assembleia de Freguesia;

- O Presidente da Câmara e o Presidente da Junta serão os primeiros candidatos das listas mais votadas;

- O Presidente eleito passará a ter total liberdade para escolher os seus Vereadores ou vogais de entre os membros eleitos para a Assembleia;

- A lista candidata que ganhar as eleições terá automaticamente a

maioria dos mandatos no Executivo, sendo que os restantes mandatos se distribuirão proporcionalmente pelas demais forças concorrentes.

Assim se garante a governabilidade e o cumprimento do programa eleitoral por parte de quem ganha as eleições. As oposições participam mas deixam de ter possibilidade de bloquear a acção de quem teve a confiança maioritária dos cidadãos.

«O Governo asfixia, maltrata e desprestigia o Poder Local. Não é esse

mal com outros poderes que são democráticos e autónomos, só porque não são do seu partido.

Tenho dito várias vezes, temos repetido em várias ocasiões que há um projecto de poder pessoal deste Primeiro-Ministro que visa apenas uma coisa - acumular mais poder, concentrar mais poder, controlar poder, centralizar o poder.

Esta sanha controladora e persecutória atingiu agora um novo patamar. É verdadeiramente inqualificável a intenção do Governo - agora tornada pública - de impedir



o nosso padrão de comportamento»

São estas as principais mudanças que propomos, a bem da qualidade da democracia e da dignificação do Poder Local. E, Caros Deputados, temos de ser nós no PSD a valorizar o Poder Local.

Está na moda dizer mal dos Autarcas. Não é esse o meu caminho.

O Governo asfixia, maltrata e desprestigia o Poder Local. Não é esse o nosso padrão de comportamento.

O Primeiro-Ministro Sócrates já deu provas suficientes de que convive

os Presidentes de Câmaras de serem Presidentes das Juntas Metropolitanas. Nas Áreas Metropolitanas por eles próprios criadas.

Não sei se a intenção do Governo é abafar o incómodo das posições frontais do Presidente Social-Democrata da Câmara do Porto. O que sei é que esta manobra já não é apenas centralista e controladora. É mesmo a falta de pudor e de vergonha levada ao limite do intolerável.

A esta manobra faremos um combate firme. Como o fizemos na

## Marques Guedes acusa

### Governo quer “domesticar” e “silenciar” Juntas Metropolitanas

O líder parlamentar social-democrata, Luís Marques Guedes, acusou o Governo de querer “domesticar” as Juntas Metropolitanas e “silenciá-las politicamente”, em particular a do Porto e Rui Rio, rejeitando o novo modelo proposto pelo Governo para aqueles órgãos.

Numa intervenção onde começou por acusar o Governo de ter um “projecto de açambarcamento do poder, de todo o poder”, Marques Guedes lançou críticas à proposta do Governo para o novo modelo de funcionamento das Áreas Metropolitanas.

«Agora, acrescentou Marques Guedes, o Governo de maioria socialista quer retirar aos presidentes das Câmaras “a legitimidade de dirigirem as áreas metropolitanas por eles próprios criadas».

Uma atitude que, para o líder da bancada parlamentar, não representa apenas “voltar atrás, ao velho modelo de impor, do Terreiro do Paço para o País” as formas como deve ser feita a organização territorial autárquica.

“São os próprios eleitos, os escolhidos democraticamente pelas populações, que o Governo pretende proibir de gerir os interesses que lhes dizem respeito”.- PL



Lei das Finanças Locais e na Lei das Finanças Regionais.

Se o Governo não recuar, espero que o Presidente da República ou o Tribunal Constitucional, façam o que, em democracia compete fazer – respeitar a autonomia local, defender a descentralização, impedir que o Governo confunda maioria absoluta com poder absoluto.

Cada vez é mais apropriado dizer, Portugal é de todos. Portugal não é uma coutada privativa do partido Socialista!

## O arranque dos trabalhos com Luís Marques Guedes

«O Governo Socialista promove um Estado-sanguessuga, voraz e insaciável, arrogante e insensível, centralista e controlador»

O Presidente do Grupo Parlamentar, no primeiro dia dos trabalhos, tinha feito a abertura, com um discurso duro, no qual afirmou, após cumprimentar as entidades presentes::

A minha primeira palavra dirige-se, muito naturalmente, ao Dr. Fernando Reis, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, e para a disponibilidade e simpatia com que nesta bonita terra acolhe o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata.

Sei que essa disponibilidade e essa simpatia são saudáveis gestos de cortesia democrática. Mas não deixam também de ser uma marca de diferença – assinalável – própria de uma cultura de relacionamento institucional franco entre o poder local e os órgãos de soberania nacional, nem sempre retribuída ou sequer cultivada pelo actual poder central.

Um poder central muitas vezes arrogante, e insensível a direitos e necessidades prementes de populações que lhe ficam distantes,

promovendo sem fundamento nem justiça o encerramento e o abandono de serviços essenciais às comunidades.

A nossa presença no seu concelho, senhor Presidente, um concelho que tem sido alvo de uma clara discriminação negativa, também tem o significado da solidariedade dos Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, e da nossa compreensão pelo legítimo inconformismo e razão de queixa que o senhor e os seus municípios têm para com o actual Governo.

Pela sua hospitalidade, muito obrigado, senhor Presidente, e, através de si, muito obrigado às gentes de Barcelos.

As nossas Jornadas Parlamentares, que têm o lema que sempre nos acompanha - FALAR VERDADE, ocorrem sensivelmente a meio do presente mandato da governação socialista.

Tempo, mais do que suficiente, para sem paninhos quentes nem desculpas de mau pagador, fazer um juízo político, fundamentado, sobre a acção e os resultados deste Governo, e do nosso trabalho na oposição.

Vale aqui a pena lembrar que, afinal de contas, nos últimos 11 anos o PSD teve responsabilidades de governo durante pouco mais de 2 anos e meio, enquanto o PS teve-as por mais de 8 anos.

O discurso permanente de passa culpas que é marca do actual governo socialista é no fundo revelador de uma forma dissimulada e pouco séria de fazer política.

E porque, também na política, a verdade e a coerência são valores essenciais, é bom também lembrar e fazer aqui a devida avaliação, ao que há um ano atrás o nosso Grupo Parlamentar reflectiu e afirmou relativamente ao Governo em funções.

Afirmámos, então, que o Governo socialista:

- promovia um Estado sanguessuga,
- era voraz e insaciável,
- arrogante e insensível,

- centralista,
- controlador.

Promovia um Estado sanguessuga, que cobra mais, sempre mais impostos, asfixiando as empresas e sobrecarregando o endividamento das famílias.

O ano que passou confirmou em toda a linha a nossa crítica.

Voraz e insaciável, porque prosseguia uma política errada de redução do défice, através do aumento sucessivo da receita e não pelo emagrecimento do Estado e a diminuição da despesa.

É uma política errada, que diminui a nossa competitividade externa – descemos mais dois lugares no ranking internacional -, e que nos atrai para a cauda da Europa – fomos já ultrapassados por Malta e descemos para o 19º lugar da União Europeia.

O ano que passou confirmou cruelmente a nossa crítica.

Arrogante e socialmente insensível, sempre preocupado com a propaganda e a promoção da sua imagem, e pouco ou nada actuante ou sequer empenhado nas dificuldades das pessoas e das famílias, na prestação dos cuidados de saúde onde eles são mais necessários, no não-reconhecimento do drama do desemprego.

O ano que passou, com a atitude cínica de virar as costas às populações, particularmente no interior do País, e a política de braços caídos no emprego, - Portugal bateu no último ano o record do desemprego, veio confirmar, duramente, as nossas críticas, e suscitar até a legítima revolta de muitas comunidades.

Centralista, porque convivia mal com os poderes democráticos dos municípios e das Regiões Autónomas, e seguia uma estratégia que claramente visava a sua menorização.

O ano que passou infelizmente confirmou à saciedade a justeza da nossa crítica.

Controlador, porque seguia uma lógica nunca antes vista de concentração de poderes, não só no funcionamento do Estado, mas

também em áreas essenciais ao exercício dos direitos e liberdades, ou à qualidade da própria democracia.

O ano que passou, tornou evidente aos olhos dos portugueses quão certa é a nossa crítica.

Centralismo e concentração de poderes, duas faces da mesma política

Vale a pena, caros companheiros, olharmos mais de perto estas duas últimas questões: o CENTRALISMO e a estratégia de CONCENTRAÇÃO de PODERES.

É que elas afinal são as duas faces de uma única política.

Uma política de frontal ataque aos patamares de poder democrático autónomos, de sistemático condicionamento das vozes críticas, de sedução ou dominação da comunicação social, de aprisionamento do poder policial ou de mando civil, e até de encolhimento do elementar princípio da separação de poderes, entre o Executivo os Tribunais, pedra basilar dos direitos e liberdades dos cidadãos e da respiração da própria democracia.

Vamos por partes.

Denunciámos, com notável lucidez do Deputado Paulo Rangel na sessão solene do 25 de Abril, o autêntico ambiente de claustrofobia democrática resultante das políticas de condicionamento da liberdade que o Governo vem prosseguindo, com particular incidência nas áreas da comunicação social, da segurança interna e da investigação criminal.

A nossa denúncia calou fundo!

Não por ser violenta, mas porque as pessoas lhe reconheceram uma evidente adesão à realidade.

Em boa verdade os factos que estão por detrás de cada uma das nossas denúncias, eram já, aqui e acolá, do conhecimento de alguns.

Só que a permanente propaganda, o discurso oficial de auto-elogio e de pensamento único, como que embaciavam a percepção do real alcance desta política.

O enorme mérito da intervenção do PSD no 25 de Abril, foi o de afastar o biombo e tornar claro o projecto de açambarcamento do poder, todo o poder, e de condicionamento ou submissão de liberdades e garantias fundamentais.

O mesmo se está a passar no ataque dirigido ao poder local e às autonomias regionais.

Demonizaram-se as autarquias, etiquetaram-se de irresponsáveis, quando não corruptos, os autarcas, apontaram-se a dedo como exemplo de desperdício as Regiões Autónomas.

O objectivo político deste ataque, que sem decência apela aos mais básicos instintos populistas, é, contudo, muito claro.

Com a desculpa compreensivelmente popular de reduzir encargos, o que verdadeiramente se opera é uma





fórtíssima limitação à autonomia e às competências próprias das autarquias e das regiões.

Autonomias que estão consagradas na nossa Constituição da República e são pressuposto da unidade do Estado.

Depois da lei de finanças locais e de ter liminarmente afastado as autarquias de qualquer participação efectiva na gestão do QREN, o Governo socialista quer agora retirar aos Presidentes de Câmara a legitimidade de dirigirem as Áreas Metropolitanas por eles próprios criadas.

Já não é só voltar atrás, ao velho modelo de impor, do Terreiro do Paço para o País, quais as formas de organização territorial autárquica.

São os próprios eleitos, os escolhidos democraticamente pelas populações, que o Governo pretende proibir de gerir os interesses que lhes dizem respeito.

Falemos claro.

O que o Governo quer é domesticar as Juntas Metropolitanas, silenciá-las politicamente, em particular a Junta Metropolitana do Porto e o Dr. Rui Rio. Porque ele é determinado, porque ele tem o apoio das populações e porque ele é do PSD.

Aquilo que motiva esta proposta do Governo é domesticar as Juntas Metropolitanas, silenciá-las politicamente, em particular a Junta Metropolitana do Porto e o Dr. Rui Rio. Porque ele é determinado, porque ele tem o apoio das populações e porque ele é do PSD.

E é o mesmo que motivou a lei medida que a maioria socialista aprovou contra a Região Autónoma da Madeira.

Dizem, os menos avisados, que a estrondosa vitória do Dr. Alberto João Jardim e do PSD/Madeira, e o enxovalho eleitoral do PS e do Primeiro-Ministro, pouco ou nada alteraram politicamente.

A alguns, ditos democratas, só

falta mesmo ouvir dizer que a realização de eleições é um ritual inútil.

Nada de mais errado.

Não sei se quanto à lei das finanças regionais o pronunciamento do povo Madeirense vai ou não alterar alguma coisa. Era bom que sim, mas não era esse o principal braço de ferro.

Os menos distraídos sabem bem que esta lei medida tratou-se de um instrumento político para atacar, fragilizar e por fim derrotar politicamente o PSD na Madeira.

Era este o roteiro gizado pelos socialistas, e foi esta a estratégia que foi clamorosamente derrotada, saiu furada, pelo voto inequívoco e expressivo dos Madeirenses no passado Domingo.

A vitória do Dr. Alberto João Jardim, e do PSD/Madeira, tem a exacta dimensão desta enorme derrota política do PS e do Primeiro-Ministro, na sua estratégia de minagem e tomada do poder naquela Região Autónoma.

Foi um sério revés para o Eng<sup>o</sup> José Sócrates.

É o primeiro grande rombo no projecto de poder que vem sendo desenvolvido.

Por isso o procuraram desvalorizar.

Caros Companheiros, também na marcação da agenda política parlamentar é muito importante a nossa acção.

Olhando para os últimos meses, constatamos, sem favor, que questões como:

- o abandono e a ausência de políticas coerentes para as pequenas e médias empresas,

- a aposta no apoio à criação de emprego através das pequenas e médias empresas, como forma de minorar os efeitos nefastos da deslocalização dos grandes grupos internacionais,

- a falta de vontade política do Governo no combate à corrupção,

- a necessidade de uma política de competitividade fiscal,

- a denúncia firme da política de controlo e concentração de poderes,

- a não aceitação da política de facto consumado quanto à Ota, marcaram e marcam, pela mão do PSD, uma parte muito grande da agenda e do debate políticos em Portugal.

Nos dois dias destas nossas Jornadas vamos ter oportunidade de reflectir e debater, com convidados profundamente conhecedores e que estão fora da actividade político-partidária, outras duas áreas enormemente importantes.

A SAÚDE, que vive um momento político doente, e a CULTURA, hoje uma política ausente.

Em nome do Grupo Parlamentar, quero aqui deixar o nosso agradecimento aos Senhores Oradores dos painéis de debate que manteremos esta tarde e a manhã de amanhã.

Todos eles têm um percurso de conhecimentos e de experiências que muito nos aproveitarão na análise dos problemas e na perspectivação de soluções.

Faço sinceros votos para que todos nós, Deputados, daqui saíamos mais esclarecidos e mais motivados para o trabalho político que temos pela frente.

É esse, também, o objectivo das nossas Jornadas.

E é esse, seguramente, aquilo que de nós esperam as Portuguesas e os Portugueses que olham para o PSD como alternativa ao actual Governo e ao partido socialista.

Declarações à margem da reunião

Em esclarecimentos à Imprensa, à margem da reunião, Luís Marques Guedes teve ocasião de explicar os critérios – e nomear as personalidades – que iriam enformar o encontro.

Assim, “O objectivo dos dois painéis das jornadas é trazer para a reflexão um conjunto de pessoas que estão fora da vida político-partidária, mas cuja experiência e currículo nos podem trazer informações importantes”, Por isso, acrescentou, no primeiro painel - intitulado “Saúde: Uma política doente” - serão oradores-convidados o presidente da Sociedade Portuguesa de Anestesiologia,

Lucindo Ormonde, o director-geral da Merck Sharp&Dohme, José Almeida Bastos, e o antigo director da “Multicare” Ramiro Martins.

“Fomos buscar pessoas de várias áreas que nos poderão falar do medicamento, do funcionamento do Serviço Nacional de saúde e dos sub-sistemas de saúde privados”, sublinhou o Presidente do Grupo Parlamentar.

Seguindo o mesmo princípio, para o painel que se irá realizar sábado de manhã - intitulado “Cultura: Uma política ausente” - os socialis-democratas convidaram o ex-director do Teatro Nacional de São Carlos, Paolo Pinamonti, o historiador de arte e ex-director da Torre do Tombo Nuno Vassalo e Silva e o director da Gulbenkian e professor catedrático da Universidade de Coimbra Pedro Dias.

“Deve ser a primeira vez que numa jornadas parlamentares o tema da cultura é chamado à primeira linha, talvez porque politicamente é pouco vendável e apetecível”, assinalou o líder da bancada social-democrata.

Contudo, e porque o PSD quer trazer a cultura para a “agenda política” e denunciar o “total abandono do Governo em relação a esta área tão importante para a qualificação do desenvolvimento”, esse será um tema em destaque nas jornadas parlamentares do partido.

Além disso, acrescentou Marques Guedes, é igualmente necessário pôr fim ao “mito de que a cultura é um património exclusivo da esquerda”. “Aliás, esse mito é desmentido com a inacção do Governo nesta área”, sublinhou líder da bancada ‘laranja’, classificando a situação da cultura em Portugal como “quase terceiro-mundista”.

“O desprezo da actividade cultural não pode continuar no silêncio, tem de ser trazido para a agenda política”, acrescentou, insistindo nas críticas “à falta de iniciativa” do executivo socialista nessa área.

Esta falta de iniciativa tem que ver com uma lógica economicista, disse Marques Guedes e - em sua opinião - trata-se mais de uma questão de “irresponsabilidade política” do Governo.

“Há uma incompreensão do Governo sobre a importância da cultura no desenvolvimento de qualidade da própria sociedade”, salientou, lembrando a redução do peso da Cultura no Orçamento do Estado.

“No programa do PS prometia-se para a Cultura um por cento do Orçamento de Estado, mas essa percentagem está apenas nos 0,4 por cento”, considerando que se não fossem as autarquias a apostar no sector cultural, este estaria numa “situação lamentável”. E quanto à redução de verbas, que se anunciavam em crescimento, tratava-se de algo a que “já estamos habituados: Sócrates promete, o Governo não cumpre...!” – **Povo Livre e GP/PSD; fotos Luís Saraiva**

# As implicações da eleição de Sarkozy

por Ricardo Rio (\*)

Para lá dos 61 milhões de franceses que acompanharam com elevado interesse e participação as várias etapas das Presidenciais francesas, o desiderato do acto eleitoral do passado Domingo colhia as atenções de parte substancial da Comunidade Internacional.

Afinal, apesar do período recente de estagnação relativa e de especiais dificuldades na esfera económica, nomeadamente ao nível das taxas de desemprego, a economia francesa continua a ser a terceira mais importante da União Europeia (UE) e a sexta maior a nível mundial.

Ao longo dos últimos anos, a França tem demonstrado particulares dificuldades para ultrapassar certos bloqueios estruturais, apresentando uma taxa de crescimento do Produto real média anual de 1,5% - uma das mais baixas da UE -, uma taxa média de desemprego de 9,4%, um ainda elevado défice das suas contas públicas e um crescente défice da sua balança comercial - que resulta da contínua perda de competitividade externa.

A médio prazo, serão precisamente estes os principais desafios do novo Presidente Sarkozy e da equipa de Governo que será nomeada proximamente, faltando saber se o mesmo terá o esmagador apoio angariado numa das mais participadas eleições de sempre para as duras reformas que é necessário encetar nos próximos meses.

No seu discurso de vitória, Nicolas Sarkozy deixou claros os princípios que regerão a sua actuação futura: “o Presidente do trabalho, da autoridade, da moral e do respeito”, condimentados aqui e além pela defesa dos valores da “tolerância, da liberdade, da democracia e do humanismo”.

Sob esta capa aparentemente conciliadora, que até acolhe o respeito pelas ideias da sua adversária, terá que avançar uma profunda transformação do modelo social francês - um dos ícones do modelo social europeu -, que assentará numa ampla revisão da legislação laboral.

Na década de 90, o crescimento económico da França levou o então Governo socialista a avançar com a semana das 35 horas, pressupondo que a redução dos horários de trabalho permitiria o aumento das ofertas de emprego, o que jamais veio a acontecer.

Em contrapartida, se a França mantém o domínio estatístico da produtividade horária por trabalhador, a redução do número de horas de trabalho reduziu drasticamente a produtividade por trabalhador no cômputo geral, posicionando-a em valores 20% abaixo dos resultados dos Estados Unidos e atrás do Luxemburgo, Bélgica e Irlanda, de entre os membros da União Europeia.

De igual forma, o produto per capita francês encontra-se ainda acima da média da União, mas significativamente atrás das cifras apresentadas pelos Estados Unidos e Japão e por vários parceiros da franja mais desenvolvida da UE (como o Luxemburgo, a Irlanda, a Dinamarca, a Áustria, a Holanda, o Reino Unido, a Suécia, a Bélgica e a Finlândia).

Ao longo desta campanha eleitoral, Sarkozy assegurou que irá tomar medidas para contornar o impacto das 35 horas, reforçando as possibilidades já introduzidas em 2005 no sentido de permitir que quem quiser possa trabalhar mais que esse horário, recebendo a justa compensação por isso. Neste caso, prevê-se a introdução de incentivos fiscais quer para as empresas, quer para os trabalhadores abrangidos.

A par da legislação laboral, a fiscalidade foi também um dos principais cavalos de batalha desta peleja entre a direita e a esquerda francesa, com Sarkozy a assegurar que irá baixar os impostos sobre as empresas (hoje, com um valor médio de 33,3%) e sobre os particulares (até 4% em 10 anos), estabelecer um tecto de 50% para a tributação das fortunas e reduzir a tributação sobre as heranças. O IVA desceu já para os 19,6% desde o ano 2000.

Com estes eventuais cortes do lado da receita, a consolidação das contas públicas terá que incidir sobre o lado das despesas, áreas em que a França se tem deparado com gastos crescentes quer no aparelho administrativo do Estado, quer em áreas como a Saúde ou a Segurança Social.

Aqui, tal como acontece nas demais economias desenvolvidas, o problema demográfico pode assumir peso determinante, com a taxa de crescimento anula média da população a cifrar-se nos 0,4% anuais.

A curto prazo, a França de Sarkozy terá também que enfrentar o inexorável desafio da resposta a dar à Imigração e às classes mais desfavorecidas da população, como os quase três milhões de pessoas que vivem nos vários “guetos” urbanos que envolvem as principais cidades do País, com elevados focos de delinquência e violência ocasional.

Tal como acontece no nosso País, os dados globalmente negativos parecem ser continuamente desmentidos pela performance das grandes empresas, que acumulam lucros crescentes e que assumem um papel dinâmico em diversos palcos da economia internacional: o CAC-40 mantém-se em terreno positivo desde o início do ano e a França posiciona 10 dos seus “champions” no ranking das 50 maiores empresas europeias.

De volta à noite de Domingo, Sarkozy afirmou também “o regresso da França à Europa” e assegurou a recuperação da “ligação Atlântica”, expressando um maior alinhamento com os Estados Unidos, sem esquecer a necessidade de constituir uma verdadeira “União Mediterrânica”.

No rescaldo deste acto eleitoral, é ainda cedo para perceber se a França vai conseguir libertar-se da “malaise” (mal-estar) que se instalou na sua sociedade ao longo dos últimos anos e que, por arrastamento, tem perturbado as suas funções de motor económico da Europa e do Mundo.

Mas, em benefício próprio, só nos resta esperar que assim seja. (\*) *Engenheiro Civil, inscrito na Ordem dos Engenheiros, Presidente da CPS/PSD-Braga*





Notícias da Madeira

## Apenas uma cara nova no IX Governo da Madeira agora anunciado

Francisco Ramos é a única novidade do elenco do novo executivo madeirense, que deverá ser empossado a 19 de Junho, mantendo o mesmo número de secretarias, anunciou a Presidência do Governo Regional.

Francisco Ramos ficará responsável pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais do IX Governo Regional, que é composto por sete secretarias e uma vice-presidência.

Esta pasta era anteriormente tutelada por Conceição Estudante, que transita para a Secretaria Regional do Turismo, departamento agora associado aos Transportes, substituindo João Carlos Abreu que já havia expresso a vontade de abandonar o executivo insular.

O chefe do executivo madeirense, Alberto João Jardim, decidiu reconduzir os restantes elementos do anterior governo, designadamente, João Cunha e Silva (Vice-presidente), Brazão de Castro (Secretaria dos Recursos Humanos), Santos Costa (Equipamento Social), Francisco Fernandes (Educação, acumulando com a pasta da Cultura), Manuel António Correia (Ambiente e Recursos Naturais), Ventura Garcês (Finanças).

Francisco Ramos tem 52 anos, é médico especialista na área da geriatria, nasceu no Brasil e regressou à Madeira com sete anos, passando a viver na freguesia do Seixal, concelho do Porto Moniz, na zona norte da ilha.

Licenciou-se em 1980, na Faculdade de Medicina da Universidade Clássica de Lisboa, e é médico desde 1981.

Foi deputado do PPD/PSD na Assembleia da República entre 1983 e 1988, e no parlamento madeirense entre 1988 e 2004.

Na Assembleia Regional foi secretário da Comissão parlamentar de Saúde, exercendo o cargo de presidente de idêntica comissão na ALM.

O IX Governo Regional da Madeira surge do processo eleitoral realizado no passado dia 6 de Maio que resultou no esmagamento completo da Oposição, especialmente dos socialistas.

Jardim demitiu-se a 19 de Fevereiro do cargo de presidente do executivo madeirense como forma de protesto pelos cortes financeiros impostos pelo Governo da República à Madeira, sendo a primeira vez, desde 1976 que interrompeu um mandato. – Fonte: Lusa, TSF



O líder do Grupo Parlamentar do PSD nacional, Marques Guedes, considera que o “Enxovalho” do PS na Madeira foi o primeiro rombo projecto de poder dos Socialistas



O líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, considerou, durante as jornadas parlamentares sociais-democratas, em Barcelos, que “enxovalho eleitoral” do PS e de José Sócrates, nas eleições da Madeira, como o “primeiro grande rombo no projecto de poder” dos socialistas.

“A vitória do Dr. Alberto João Jardim, e do PSD/Madeira, tem a exacta dimensão desta enorme derrota política do PS e do primeiro-ministro, na sua estratégia de minagem e tomada do poder daquela região autónoma”, afirmou Marques Guedes, numa intervenção.

Começando por classificar a derrota do PS nas eleições da Madeira, que decorreram no domingo e que os sociais-democratas venceram com 64,2 por cento dos votos, como “um sério revés” para José Sócrates, Marques Guedes foi, depois, mais longe ao considerá-la como o primeiro “rombo no projecto de poder” dos socialistas.

“É o primeiro grande rombo no projecto de poder que vem sendo desenvolvido. Por isso o procuraram desvalorizar”, sublinhou.

Antes, o líder da bancada social-democrata já tinha feito duras críticas à Lei das Finanças Regionais recentemente aprovada e à forma como o PS encarou as eleições na região autónoma da Madeira.

“Os menos distraídos sabem bem que esta lei medida tratou-se de um instrumento político para atacar, fragilizar e por fim derrotar politicamente o PSD na Madeira”, disse.

Contudo, continuou Marques Guedes, a estratégia socialista acabou por ser “clamorosamente derrotada” e “saiu furada” pela expressiva votação que Alberto João Jardim alcançou.

“Dizem, os menos avisados, que a estrondosa vitória do Dr. Alberto João Jardim e do PSD/Madeira, e o enxovalho eleitoral do PS e do primeiro-ministro pouco ou nada alteraram politicamente. A alguns, ditos democratas, só falta mesmo ouvir dizer que a realização de eleições é um ritual inútil”, acusou. – Fonte: Lusa

# “Dia Internacional das Famílias”

A Câmara Municipal de Aveiro comemorou o Dia Internacional das Famílias através da realização do Colóquio “Famílias... que intervenção?”, no dia 15 de Maio, das 14 às 18 horas, na Biblioteca Municipal de Aveiro.

Integrado no programa “Maio – Mês das Famílias” que se encontra a decorrer desde o dia 7, no Dia Internacional da Família foi realizado o Colóquio “Famílias... que intervenção?”. Às 14.15 horas, teve lugar a primeira intervenção de Líliana Sousa da Universidade de Aveiro sob o tema “Famílias Pobres: Estratégias com Sucesso”, seguida de debate.

Pelas 15.45 horas, foi debatido o tema “Intervenção Social com Famílias: Medidas, Respostas e Projectos” com intervenções de Hélder Santos do Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro; e Isabel Cheung da Caritas Diocesana de Aveiro – Projecto “Novas Sendas”; Zélia Teixeira do CSCDA 513 – Projecto “Pedras Vivas”; Leticia Martins do Projecto RIA – Rede de Intervenção de Aveiro; e Raquel Ferreira do Centro Social e Paroquial da Vera Cruz – CAFAP “Entre Laços”. Após este tema haverá o debate moderado por Rosinha Madeira da Universidade de Aveiro.

“Maio – Mês das Famílias” compreende um conjunto de actividades e acções desenvolvidas a nível local organizadas pelas diversas entidades públicas e privadas do concelho. Esta iniciativa tem por objectivos sensibilizar as instituições públicas e privadas e a sociedade para os assuntos da família, reforçar e divulgar o conhecimento das instituições locais que desenvolvem a sua intervenção em áreas fundamentais de apoio à família, melhorar a colaboração e a articulação entre os diversos agentes locais que contribuem para o processo de desenvolvimento social; e promover localmente o debate e a reflexão em torno das problemáticas que afectam as famílias.

Pretende-se com a organização conjunta desta iniciativa, a congregação de esforços em prol da temática das famílias e o estabelecimento de parcerias potenciadoras de melhor conhecimento e rentabilização dos recursos sociais locais, de forma a valorizar e reforçar o papel da família nos diversos domínios e

áreas de intervenção.

## O programa do “Maio – Mês das famílias”

A partir de hoje e até ao dia 31 de Maio, o programa é o seguinte:

Das 10.00 às 12.00 horas e das 14.00 às 16.00 horas - Dia Aberto das Famílias

Projecto “Novas Sendas” – Ervideiros; “A Sr.ª Água e o Sr. Fogo” – Acção de Prevenção - Centro de Saúde de Aveiro / GNR, na Auditório da Junta de Freguesia da Vera Cruz

Dia 17 de Maio

Das 10.00 às 18.00 horas - “Dia do Imaginário” – Crianças do pré-escolar, Escola Profissional de Aveiro. 21.00 horas - Espectáculo de Variedades – Centro Comunitário de São Bernardo; Sociedade Musical Santa Cecília. 21.30 horas - “Brincar para Aprender” – Café com pais, Centro Social de Azurva

Dia 18 de Maio

Das 14.00 às 16.00 horas - Saúde Materno Infantil – Acção de Sensibilização Projecto “Novas Sendas” – Ervideiros

Dia 24 de Maio

Das 9.00 às 12.30 horas e das 14.30 às 18.00 horas - Rastreios – Liga dos Amigos do Coração, Junta de Freguesia de São Bernardo

25 de Maio

19.00 horas - “A Família na sua Diversidade” – tertúlia, Casa Municipal da Cultura

Dia 27 de Maio

Das 14.00 às 17.30 horas - “Uma Família na Estrada” – Prevenção Rodoviária, PSP, Cruz Vermelha - Ateliers diversos, Cais da Fonte Nova

15.00 horas - “Uma Família como Nós” – Encenação | Projecto RIA e ACAD, Salão Paroquial de São Jacinto

Dia 29 de Maio

11.30 horas – Técnicos e Dirigentes; 14.30 horas – População em geral - Microcrédito – Sessões de Esclarecimento; Junta de Freguesia de Esgueira

Das 17.00 às 21.00 horas - Dia Europeu dos Vizinhos – “A Festa dos Vizinhos” Urbanização de Santiago

Dia 31 de Maio

Das 14.00 às 16.00 horas - Dia Mundial do Não Fumador – Sessão de Esclarecimento, Projecto “Novas Sendas”



## Reposição do Monumento à Liberdade

A Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social da reposição do Monumento à Liberdade, hoje, 16 de Maio, às 6 da tarde, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em frente à Antiga Capitania.

Apesar da sua simplicidade, enquanto peça escultórica, a “pedra” detém para a população aveirense um forte simbolismo, motivo esse que levou a que fosse sempre respeitada e que houvesse quem pelasse pela sua devida valorização. Ciente do seu simbolismo para os aveirenses, a Câmara Municipal de Aveiro decidiu repor o monumento escolhendo, de novo, a Avenida Dr. Lourenço Peixinho para o concretizar. Ficará na zona relvada em frente ao edifício sede da Assembleia Municipal. Acompanham o momento, outras iniciativas integradas no âmbito das Festas do Município.

Pelas 18.30 horas, terá lugar o Lançamento do Livro “Cabeças Cortadas – Aveiro e memória do 16 de Maio de 1928”, de Ana Clara Correia, na Biblioteca Municipal de Aveiro. À noite, pelas 21.30 horas, haverá um espectáculo de Dança e Poesia pela Companhia de Dança de Aveiro e Grupo Poético de Aveiro nos Claustros da Misericórdia.

Aveiro é conotado como Terra de Liberdade, epíteto que lhe advém do facto das suas gentes, em diversos momentos da vida nacional, terem defendido, acerrimamente, esse que deve ser um valor inato à condição humana. Procurando expressar esse ideal que caracteriza os aveirenses foi planeada a construção de um Monumento à Liberdade cuja primeira pedra seria lançada a 17 de Maio de 1928, por ocasião da passagem do primeiro do centenário da Revolução de 1828, em que um conjunto de aveirenses assumira um papel de relevo e pelo qual viria a ser sacrificado. Em causa estava a defesa dos ideais liberais perante a investida absolutista de D. Miguel que acabaria por triunfar até 1834.

Esta primeira pedra permaneceu longos anos no separador central da Avenida Dr. Lourenço Peixinho sem que o restante monumento fosse erigido. De tal forma foi marcante que a designação de “a pedra” assumiu a expressão pela qual foi sendo amplamente referenciada na documentação e na imprensa local. De certa forma depreende-se que, aquele que seria o ponto de partida para um monumento, veio a tornar-se, ele próprio, numa peça escultórica como o revela a inscrição À Liberdade 16-5-1928 | 16-5-1974 que lhe foi aposta nesse ano de grandes mudanças políticas em Portugal. Duas décadas depois realiza-se uma intervenção mecânica da autoria do escultor José Maria Lopes que lhe acrescenta elementos metálicos. – **CM Aveiro**



Notícias de Braga

# “O mandato do Adeus” de Mesquita Machado não deixa saudades...



Apesar da sua plena convicção de que este é o mandato do “Adeus” de Mesquita Machado à gestão da Câmara Municipal de Braga, a Comissão Política do PSD local começa a constatar que o Autarca socialista está a levar essa mensagem demasiado à letra.

Final, apesar de estarem apenas decorridos dois anos deste mandato autárquico, o Presidente da Câmara Municipal de Braga já conseguiu dizer adeus à candidatura a Capital Europeia da Cultura, já conseguiu dizer adeus a várias empresas que fecharam ou se deslocalizaram do Concelho, já conseguiu dizer adeus aos vários clubes que encerraram portas por falta de apoios municipais e até disse adeus, de forma irresponsavelmente passiva, à Escola Secundária D. Luís de Castro e ao Agrupamento Horizontal “Horizontes do Este”.

Neste contexto, a saída da Bracalândia do Concelho de Braga – numa altura em que pretendia expandir a sua actividade e, seguramente, alargar o seu potencial de atracção de visitantes – é um adeus anunciado de uma das principais mais-valias da oferta turística Bracarense.

Em vez de haver o desejável empenho na identificação de soluções alternativas que sedimentassem o projecto no Concelho, procurou-se o melhor pretexto para formalizar a separação das partes e para condenar este equipamento a responder ao jogo de sedução de múltiplas Autarquias do Norte de Portugal e da Galiza.

Depois da sua empresa gestora ter assumido publicamente as dificuldades em renegociar o contrato com a Autarquia na antecâmara das

últimas Eleições Autárquicas, sabíamos que seria apenas uma questão de tempo para que a ruptura se consumasse de forma irreversível, por mero revanchismo do edil Bracarense e com o silêncio cúmplice da Região de Turismo do Verde Minho.

Dezassete anos, e dois milhões e meio de visitantes depois, Braga enjeitou o que os outros arduamente procuraram conquistar, com claro prejuízo para o Concelho e para os Bracarenses.

Se, e quando, vier a surgir no futuro uma Mesquitolândia de iniciativa local, teremos desperdiçado uma imagem de marca, uma afirmação nacional e internacional e um potencial de atracção turística que demorará vários anos a recuperar.

Caso tal venha a acontecer nos próximos dois anos, formulamos votos de que os responsáveis municipais saibam então assumir o empenho e espírito de colaboração com os promotores que agora tristemente rejeitaram.

Neste período, os Bracarenses já disseram adeus à recolha de lixo nos feriados e a vários projectos do BragaDigital, os trabalhadores da Autarquia e das Empresas Municipais já disseram adeus à remuneração das horas extraordinárias que agora vêm compensadas com folgas em dias de semana e até as Juntas de Freguesia disseram “até já” a uma real política de cooperação e descentralização de competências por parte da Câmara Municipal de Braga.

Em menos de dois anos, o Presidente da Câmara Municipal de Braga já conseguiu dizer adeus à réstia de rigor que se esperava existir na gestão das Empresas Municipais, já

conseguiu dizer adeus à imagem imaculada da Polícia Municipal e voltou a dizer adeus a uma postura de isenção e de transparência da Autarquia na gestão da coisa pública.

Por tudo isto, resta-nos endereçar uma clara mensagem ao ainda Presidente da Câmara Municipal de Braga: prepare-se, de facto, para dizer adeus. É, hoje, sem margem para dúvida, o elo mais fraco do desenvolvimento do Concelho e da qualidade de vida da população. – **CPS/PSD-Braga**

## Vereadores da Coligação propõem Olimpíadas do Concelho

A coligação “Juntos por Braga” vai apresentar na próxima reunião do executivo a proposta de realização das Olimpíadas de Braga já em 2008. Os Vereadores da oposição sugerem que esta iniciativa tenha lugar nos anos em que não se realiza a mostra das juntas de freguesia, que o presidente da Câmara anunciou que será bienal.

Ricardo Rio explicou, após a reunião de Câmara, que vai agendar encontros com as vereadoras das Freguesias e do Desporto para discutir esta ideia de fomento da prática desportiva baseada na competição entre freguesias, envolvendo atletas de uma ou mais faixas etárias, em modalidades individuais ou colectivas, incluindo desporto adaptado para cidadãos com necessidades especiais.

O mesmo responsável referiu que um modelo possível seria os atletas inscreverem-se nas juntas de freguesia, que definiriam as delegações a apresentar na competição. Mediante estas inscrições, caberia à organização definir um programa de actividades, que decorreria nos equipamentos municipais, ao longo do ano.

Preocupação com a qualidade do serviço prestado pela Agere aos Bracarenses

A estagnação na construção de novas infra-estruturas, a ausência de recolha de resíduos aos feriados, a mudança na recolha de lixos “verdes”, um novo escalão na água e o aumento de taxas de saneamento são alguns dos motivos apresentados por Ricardo Rio Para expressar a sua preocupação pela qualidade do serviço prestado pela AGERE aos Bracarenses.

O Vereador falava após a reunião do executivo na qual deveria ter sido votado o acerto de contas de 2006, que estipula que a Câmara tenha de pagar mais 300 mil euros do que o primeiro contrato-programa celebrado no início do ano, no valor de 2 milhões e 700 mil euros.

O documento acabou por não ser submetido a votação porque gerou algumas dúvidas. Ricardo Rio explicou que a quantificação assenta nos valores que foram previstos para o contrato-programa de 2007, o que é estranho tendo em conta que se trata de um acerto de contas relativo a um ano que já findou. O assunto ficou para outra reunião, para ser devidamente esclarecido.

A propósito dos contratos-programas com a Agere, o autarca social-democrata afirmou que espera



que o valor que a autarquia tem de transferir venha a diminuir nos próximos anos, uma vez que se tem registado uma maior oneração dos municípios.

O líder da coligação explicou que sempre defendeu que a solução da privatização seria interessante porque poderia proporcionar melhor gestão e uma receita interessante para os cofres da autarquia. Só que, afirmou, os 25 milhões de euros serviram para pagar «os contínuos trabalhos a mais» do estádio e os projectos nas freguesias em época de eleições autárquicas. Por outro lado, diz que a «qualidade de serviço não está a ser assegurada».

Ricardo Rio considera que invocar os direitos dos trabalhadores para justificar a ausência de recolha de resíduos aos feriados é «um princípio positivo, mas que não é compatível com a prestação dos serviços à população».

Por outro lado, este responsável lembra que os funcionários eram «justamente remunerados» pelo trabalho que faziam e que a preocupação da autarquia com o bem-estar do pessoal não se nota em questões como o Estaleiro do Fojo ou da falta de condições de higiene das equipas de jardinagem. Acrescenta ainda que «não é reduzindo o número de recolhas que se sensibiliza a população para produzir menos lixo.

## A propósito do encerramento de Escolas, a Oposição propõe moção com «peso político»

Ricardo Rio (PSD) defendeu, também após a reunião do executivo, que o encerramento da Escola Secundária D. Luís de Castro e a extinção do Agrupamento Horizontes do Este «deveria justificar a intervenção da Câmara». O vereador da oposição propôs que o ofício assinado por Palmira Maciel fosse transformado numa moção a aprovar por unanimidade pela autarquia, a fim de ser enviado à DREN um documento que teria «outro peso político».

A proposta foi todavia rejeitada, tendo a maioria socialista argumentado que já tinha expresso a sua posição sobre esta matéria No Parecer remetido ao Agrupamento.

Ricardo Rio sugeriu ainda a convocação do Conselho Municipal de Educação, ideia que também foi chumbada pela maioria socialista. O social-democrata disse que a justificação apresentada prendeu-se com o facto de este órgão consultivo se ter reunido há cerca de um mês para aprovar a rede de transportes escolares.

A questão poderá ser incluída na agenda do próximo encontro, dentro de dois ou três meses, o que mereceu



a crítica do vereador, que defende que este organismo deve reunir sempre que seja pertinente, especialmente quando está em causa uma decisão «errada», em vez de funcionar como um «elemento decorativo».

«Lamentamos que a Câmara Municipal assuma uma posição passiva perante um encerramento que claramente contende com os interesses da população», afirmou. Em seu entender, é errado encerrar um projecto que «dava uma resposta eficaz às necessidades da população», numa zona com um nível de desenvolvimento abaixo da média. Ricardo Rio destacou que a articulação que se estabeleceu entre as localidades de três concelhos deveria servir de exemplo em vez de ser motivo de reprovação. «Esta é uma decisão de quem não conhece a realidade no terreno», declarou, frisando que esta medida não tem em conta que a prioridade das escolas deve ser o trabalho que prestam às populações.

Em relação ao encerramento da Secundária D. Luís de Castro, Ricardo Rio reiterou que o futuro dos alunos, docentes e funcionários não está assegurado. O vereador defendeu que a solução encontrada «não tem em conta a continuidade do projecto educativo, pelo que poderá fomentar o abandono escolar.

## Já só faltam dois anos para a “despedida” de Mesquita Machado «por justa causa!»

Graças à confiança expressa pelos milhares de Bracarenses que depositaram o seu voto na Coligação “Juntos por Braga” nas Autárquicas de 2005, que muito nos honrou e que

nos colocaram a uma curta distância da vitória nesse acto eleitoral, e à colaboração valiosa de todos quantos nos fazem chegar diariamente os seus anseios e contributos, a Câmara de Braga conta com uma Oposição forte, responsável, dinâmica, disponível, arrojada, criativa e próxima de todos os Bracarenses e Instituições do Concelho.

Ao longo dos últimos dois anos, através das nossas diversas propostas e sugestões, das múltiplas críticas construtivas e das questões e avisos que formulámos, temos contribuído para forçar a gestão socialista a corrigir muitos dos seus erros, a preencher algumas das suas omissões, a concretizar certas ambições do Concelho sem os habituais atrasos e desvarios.

Neste período, procurámos assegurar o rigor e a transparência nos procedimentos da Autarquia, denunciar os atropelos às Leis e aos Regulamentos Municipais e, infelizmente sem sucesso, evitar fracassos como a atribuição a Guimarães da Capital Europeia da Cultura ou a saída da Bracalândia do nosso Concelho.

Há, porém, muito que continua por fazer, à medida que outras tantas propostas apresentadas pelos Vereadores da Coligação esbarram na prepotência, na indiferença, na inércia e na incapacidade de executar da maioria socialista e do seu desgastado Presidente.

Ao longo destes anos, exigimos a criação de um verdadeiro Parque da Cidade no Parque da Ponte, a correcção das inúmeras falhas da política urbanística, o ordenamento do trânsito, o reforço da segurança, o fortalecimento da Política Cultural, a qualificação dos Parques Empresariais e o investimento nas

infra-estruturas que assegurem o desenvolvimento equilibrado de todas as Freguesias.

Entre muitas outras iniciativas, quisemos reforçar as políticas para apoio às famílias mais carenciadas, estimular a cidadania dos nossos jovens, generalizar os apoios à prática desportiva, revitalizar as praças da nossa cidade, facilitar o acesso à habitação nas Freguesias rurais, estimular a cooperação supra-municipal na esfera cultural.

Com a ajuda dos Bracarenses, graças aos pertinentes contributos recolhidos junto das Instituições e dos cidadãos do Concelho, somos uma Oposição que conhece os problemas, que discute as alternativas, que avança com soluções.

Com o seu apoio, a equipa que lidero está pronta para assumir a gestão municipal a partir de 2009, para assim encetar novas políticas que finalmente promovam um desenvolvimento sustentado do Concelho e que verdadeiramente melhorem a qualidade de vida da população.

Neste contexto, quando estamos sensivelmente a meio do presente mandato Autárquico, entendeu a Coligação “Juntos por Braga” promover um conjunto de iniciativas que visam efectuar o balanço do trabalho já efectuado e preparar os dois anos que antecedem o próximo acto eleitoral.

É neste contexto que se insere a «Campanha de Rua» com “outdoors” já afixados na cidade e que partilham uma mesma mensagem de confiança na mudança que se aproxima a passo célere: “Já só faltam 2 anos”.

A breve trecho, serão divulgadas as demais iniciativas, entre as quais se inclui a Convenção Autárquica Concelhia, que terá lugar no próximo dia 16 de Junho de 2007. - Fonte: CPS/PSD

Notícias de Sintra

# Com a aproximação da época balnear, as praias de Sintra são alvo de profunda intervenção

Limpeza dos areais, criação de novos equipamentos e ateliers de sensibilização ambiental são algumas das novidades que serão implementadas já este Verão no âmbito de uma profunda intervenção destinada a transformar as praias de Sintra em locais de referência do ponto de vista turístico.

O projecto de beneficiação das praias de Sintra, iniciado no ano passado, será executado já nas próximas semanas. Desde de Janeiro que estão a ser elaborados estudos e projectos e, em simultâneo, a autarquia preparou o processo de candidatura de cinco praias (Adraga, Magoito, São Julião, Grande e Maças) ao Galardão Bandeira Azul.

As águas do mar e das ribeiras, cuja foz está localizada nas praias, têm sido objecto de monitorização constante por parte do Instituto do Ambiente e dos SMAS, assim como monitorizada a qualidade microbiológica das areias, estando prevista a desinfecção nas praias do Concelho antes da abertura da época balnear.

Para manter os níveis de limpeza das praias da Linha de Sintra, o Pelouro do Ambiente da autarquia contratou já serviços de limpeza do areal que, este ano, irá prolongar-se para além do Verão.

Assim, na Praia de S.Julião está em curso a aquisição de terreno para criação de um parque de estacionamento. No Magoito, por sua vez, será melhorado o caminho pedonal até ao apoio de praia, incluindo a recuperação da ponte. Na

Praia Pequena será colocada uma vedação a delimitar toda a arriba, criação de um passeio de circulação pedonal com três zonas de estadia e ainda melhoria da rampa de acesso.

Na Praia da Adraga, onde está implementado o projecto “Praia Acessível”, será construída uma zona de estadia entre a ribeira e a escada, através de uma plataforma que prolonga o pequeno passeio existente com o estacionamento.

Já na Praia Grande, o projecto da autarquia prevê um novo apoio de praia/ balneários, que irá substituir o existente, com melhores condições e oferta de novos espaços.

Entretanto, os técnicos da autarquia vão efectuar um levantamento geológico do solo visando melhorar as condições de segurança das arribas, por forma a detectar eventuais situações de perigosidade ou risco.

## Aprender a proteger o Ambiente... a brincar

Cerca de meia centena de ateliers estarão disponíveis nas praias da Linha de Sintra, já este Verão. O objectivo é sensibilizar “miúdos e graúdos” a proteger o Ambiente, através de ateliers de aprendizagem dedicados a temas como a vida marinha, as energias renováveis ou a separação de resíduos para reciclagem.

Dado o sucesso alcançado no Verão passado com o programa de sensibilização ambiental nas praias,



o Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Sintra decidiu repetir a iniciativa, mas diversificando os conteúdos e aumentando o número de ateliers que, este ano serão cerca de 10 por praia.

Nesta iniciativa, que conta com a parceria da Agência Municipal de Energia de Sintra (AMES) e dos SMAS, estará disponível o atelier “Maré Cheia de Vida” (inaugurado em 2006), que aborda as questões relacionadas com a vida marinha, a biodiversidade e as medidas de conservação.

“Energia Renovável, Ambiente Saudável” e “Separar para Reciclar. Não te vais enganar” são outras das ofertas, disponíveis a partir do início de Julho e prolongando-se por Agosto para permitir a participação das crianças integradas nas colónias de férias.

No Verão passado, o sucesso dos ateliers traduziu-se no número de participantes: cerca de 1350 pessoas aderiram aos 26 ateliers realizados nas praias Galardoadas com a Bandeira Azul.

## VI Festival de teatro de tema clássico

É na grande praça central do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, o espaço Agora – local de eleição do mundo Antigo –, que hoje serão apresentadas duas peças de teatro, no âmbito do VI Festival de Teatro de Tema Clássico.

As duas peças de teatro vão ser

apresentadas pelo grupo “Thíasos” do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e são elas: “Agamémnon”, de Ésquilo, pelas 11H00, e “As Mulheres no Parlamento”, de Aristófanes, pelas 15H30.

Pretende-se, assim, assinalar o Dia da Latinitude e promover e divulgar a cultura greco-latina.

O preço dos bilhetes é de 2,50 Euros, sendo a entrada gratuita para grupos escolares mediante marcação.

## VI Festival de Teatro de Tema Clássico

É na grande praça central do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, o espaço Agora – local de eleição do mundo Antigo –, que serão apresentadas duas peças de teatro, no âmbito do VI Festival de Teatro de Tema Clássico, hoje, dia 16.

As duas peças de teatro vão ser apresentadas pelo grupo “Thíasos” do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e são elas: “Agamémnon”, de Ésquilo, pelas 11H00, e “As Mulheres no Parlamento”, de Aristófanes, pelas 15H30.

Pretende-se, assim, assinalar o Dia da Latinitude e promover e divulgar a cultura greco-latina.

O preço dos bilhetes é de 2,50 Euros, sendo a entrada gratuita para grupos escolares mediante marcação.

– Gab. Imp. Sintra





# Reorganização dos serviços da CMP é case-study pela OCDE

A Câmara Municipal do Porto foi convidada para apresentar, a título de case-study, o projecto de reorganização de serviços, desenvolvido pela Direcção Municipal dos Serviços da Presidência – Gabinete do Município, a um grupo de investigadores internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), à qual o governo português encomendou um estudo sobre a simplificação administrativa e o “e-governement”.

O referido estudo recairá sobre a administração pública em geral, fazendo também uma abordagem das administrações regional e local, e incidirá em particular sobre o impacto das políticas públicas em benefício dos cidadãos e das empresas, o aumento da transparência e as formas de governo que aumentam as condições de inclusão e de acessibilidade.

Ainda recentemente, dois projectos submetidos pela Câmara Municipal do Porto à 5ª Edição do Prémio “Boas Práticas no Sector Público” organizado pela Deloitte e Diário Económico, foram seleccionados entre 128 projectos, devendo agora ser incluídos numa publicação monográfica.

Os projectos seleccionados foram «Um Porto de Qualidade: intervenção na prevenção do álcool», apresentado pela Direcção Municipal dos Recursos Humanos, e «O Desenvolvimento de um Modelo de Gestão Integrada ao Serviço do Cidadão», apresentado pela Direcção Municipal dos Serviços da Presidência.

## Nas Veias de Uma Guitarra – Tributo a Fernando Alvim

O “Porto, Bairro a Bairro” lança um novo ciclo designado “A Guitarra e Outras Cordas”, com o decano dos guitarristas portugueses, Fernando Alvim, que acompanha o benjamim da guitarra portuguesa, Ricardo Parreira, no espectáculo “Nas Veias de Uma Guitarra - Tributo a Fernando Alvim”.

Esta é mais uma iniciativa do Pelouro de Habitação e Acção Social da CMP, no âmbito da sua actividade

de integração social, destinada a proporcionar novas oportunidades ao conjunto de moradores dos bairros sociais.

O espectáculo foi uma homenagem do Porto ao grande músico português, que tocou com os nossos mais importantes guitarristas, sendo especialmente recordado pela sua colaboração de quase duas décadas com Carlos Paredes. Com a sua viola, ao longo de 52 anos de actividade, Fernando Alvim levou a música para além da própria música.

O guitarrista foi distinguido com as Armas da Cidade, um galardão que simboliza, entre outros, valores como a Dedicção à Comunidade e a Cultura e a Arte, e foi entregue pela Vereadora da Habitação e Acção Social, Matilde Alves, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio. A homenagem foi realizada no decurso do espectáculo no Auditório de Aldoar.

Os concertos decorreram nos Auditórios de Paranhos (na Junta de Freguesia) e Aldoar (no Centro Paroquial), respectivamente, na sexta-feira, dia 11 e no sábado, dia 12, em ambos os casos às 21H30, com entrada livre.

## Perspectiva ambiental europeia sobre paisagens urbanas, em debate no Porto

O Vice-Presidente e Vereador do Ambiente da CMP, Álvaro Castello-Branco, afirmou-se hoje convicto na necessidade de as cidades possuírem espaços verdes em perfeita coexistência com pequenos jardins de proximidade que «os habitantes possam sentir como seus em cada zona ou bairro da cidade».

«O Pelouro do Ambiente da CMP tem vindo a desenvolver, ao longo deste mandato, uma política claramente vocacionada para a criação de jardins de proximidade, situados junto aos locais de trabalho e das residências das pessoas de forma a poder ser evitada a utilização de transportes para se chegar às zonas verdes», adiantou o autarca, que declarou acreditar «em jardins que não sejam apenas um sítio aonde se vai, mas sim locais que fazem parte da vida

e do quotidiano de cada um de nós».

Álvaro Castello-Branco falava na sessão de abertura do seminário “Urban Landscapes: European Environmental Perspectives”, que decorreu na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.

O encontro, promovido conjuntamente pela Universidade do Porto e pela autarquia, teve como objectivo promover o planeamento e gestão da paisagem urbana, elementos chave na estratégia integrada para a conservação e desenvolvimento do espaço urbano.

O “Urban Landscapes: European Environmental Perspectives” pretende proporcionar aos participantes um fórum único de debate de ideias acerca das necessidades de partilha e troca de informação e experiência entre profissionais e especialistas em paisagem urbana dos municípios, universidades e organizações governamentais e não governamentais de toda a Europa.

Na sua intervenção, o Vereador do Ambiente da CMP salientou dois problemas fundamentais no que toca à gestão dos espaços verdes do Porto, cujo principal expoente é o Parque da Cidade: por um lado, a necessidade de equilibrar a construção a edificar – bem como a já edificada – com a existência dos espaços verdes e, por outro, a manutenção e sustentabilidade desses mesmos espaços.

«É importante que, quando se cria um novo espaço, se pense logo à partida, e de raiz, na maneira como vai ser feita a sua manutenção e nos recursos que vão ser necessários, não apenas durante a sua construção, como também durante todo o longo futuro que ele tem à sua frente», rematou.

## “Carmen” de regresso ao Coliseu

A Associação Amigos do Coliseu do Porto (AACCP), o Círculo Portuense de Ópera e a Orquestra Nacional do Porto levaram ao palco do Coliseu, no 15, e novamente amanhã e no dia 19, a ópera «Carmen», uma das obras mais conhecidas do compositor romântico francês George Bizet e também das

mais populares do repertório operático de todos os tempos,

Trata-se de uma co-produção que, para além dos três habituais co-produtores, conta ainda com o Teatro G.B.Pergolesi di Jesi, com o Teatro SpA di Treviso e ainda com o Teatro Nacional de Belgrado, sob a direcção do Maestro Marc Tardue. A encenação está a cargo de Jorge Vaz de Carvalho e os cenários são da responsabilidade de Mieta Corli.

Ao fim de dez anos, a «Carmen» regressa assim ao Coliseu do Porto, desta feita interpretada por um elenco maioritariamente português, assinalando uma década de produção operática na Invicta, num ano em que o Círculo Portuense de Ópera comemora, também, 40 anos de existência.

«Não queremos eximir-nos da responsabilidade de dar oportunidade aos talentos nacionais, que existem e que são de grande qualidade», defende José António Barros, Presidente da AACCP.

Para esta ópera, em quatro actos e cujo preço dos bilhetes oscila entre os 10 e os 37 euros, os produtores contam apenas com o desempenho de uma cantora sérvia no papel da jovem Micaela, Olga Dyachkovskaya, cabendo a cantores portugueses a responsabilidade de todos os outros papéis, com Maria Luísa de Freitas no papel de Carmen e Paulo Ferreira no de Don José.

O Coro do Círculo Portuense de Ópera, bem como o seu coro infantil e os bailarinos do Ginasiano, conferem – de acordo com a nota informativa do evento – o brilho e a cor a uma ópera, na qual os jogos de sedução, os conflitos e os dilemas morais, a paixão e a tragédia se desenham num exótico ambiente de sabor espanhol, onde a musicalidade de Bizet se expressa de forma prodigiosa.

As cerca de duas dezenas de produções do Coliseu do Porto, que já granjearam prestígio internacional, mercê das parcerias que ao longo destes 10 anos foram sendo estabelecidas pelos três principais co-produtores nacionais, já foram aplaudidas por cerca 80 mil espectadores, num investimento total que ascende a quatro milhões de euros.

- CMP



Artigo de Opinião

# Ética na Política, ou “Faz o que eu digo e não o que eu faço...”

Por: Nuno Matias (\*)

A profunda crise e confusão na Câmara Municipal de Lisboa (CML) voltaram a colocar na mente das pessoas o que deve ser a Acção Ética numa Sociedade Desenvolvida (sim, porque pessoas boas e menos boas, existem em todos os quadrantes), sobretudo numa actividade tão exposta aos meios mediáticos como é a actividade política.

Vem este artigo a propósito da recente posição do Presidente do Partido Social Democrata, Dr. Luis Marques Mendes, de ter imposto um critério de maior rigor no exercício de funções de cargos públicos, e que marcou o presente e futuro, não apenas na CML, mas acima de tudo na forma de vermos, e fazermos, política em Portugal.

Aquilo que o Presidente do PSD fez, já em 2005, foi a implementação de um critério que dizia respeito aos autarcas, e a qualquer político ligado ao Partido, que (em determinadas condições especialmente gravosas e a analisar caso a caso) estivesse envolvido nalgum processo judicial na qualidade de arguido, tivesse o desapego de se afastar das funções, temporária ou definitivamente.

Houve quem criticasse os critérios que estiveram presentes na escolha dos candidatos autárquicos em 2005, não percebendo que a Política se faz de decisões, e que sobretudo, as mais difíceis são aquelas que melhor servem a criação de uma imagem da Política e dos Políticos que seja mais transparente, mais credível, mais exigente, e mais competente.

Houve mesmo quem não percebeu que para o PSD, mais importante do que perder a Câmara, era fundamental não perder a cara. Porque quem fala em credibilidade tem que ser consequente. Porque quem apregoa transparência não pode dizer uma coisa e fazer o seu contrário. Porque quem quer Governar Portugal, tem que dar provas de ser credor de confiança.

A decisão política de solicitar eleições intercalares na CML, foi corajosa, consequente, mas acima de tudo, foi mais uma pedrada no charco que foi dada pelo PSD. É que nestes tempos e momentos mais difíceis, era mais fácil fazer de conta que este era dos casos que não valia a pena ser intrínseco. Era mais fácil, mas esse não era, eticamente, o melhor caminho.

Com esta tomada de posição, o PSD volta a mostrar a Portugal, que



ao fim de 32 Anos, continuamos a marcar a diferença na nossa forma de estar e de fazer política. Demonstrando que fazemo-la com competência, procurando exercê-la com credibilidade e usando de um padrão ético que mostre que não temos projectos de poder, e sim, projectos de desenvolvimento civilizacionais.

No entanto, este Momento também tem que servir de reflexão aos cidadãos. Porque neste tempo, o que podemos testemunhar é que nem todos os partidos usam desta Ética. O que vemos é todos encherem a boca com frases feitas e críticas demagógicas, sobre o que deve ser a ética na política, mas o que constatamos na prática, é que das palavras aos actos continua a ir uma diferença, inexplicavelmente, enorme.

É que quando ouvimos partidos como o PCP ou o Bloco de Esquerda criticar, gritar, esbracejar, protestar, podia qualquer cidadão menos atento, pensar que têm algum critério semelhante para procurar assegurar que também os seus representantes nas diversas instituições públicas e políticas, não deixam, eles próprios, de seguir alguns destes procedimentos éticos.

Mas não. O que constatamos é uma Política de SoundBytes e de frases feitas, a derramar veneno político, procurando com as palavras desfocar a atenção das pessoas de qual é, na realidade, a sua prática política.

E a sua prática política mostra que afinal eles levantam a voz mas são os primeiros a terem telhados de vidro.

Veja-se a situação da Câmara Municipal de Setúbal, onde a actual Presidente (eleita pela CDU) também ela parece estar constituída arguida no âmbito de um processo muito grave, sem que se ouça a CDU falar o que quer que seja.

Ou veja-se também, a situação da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos onde a Presidente (única Câmara de maioria do Bloco de Esquerda) também ela, ao que parece, foi constituída arguida, sem que o BE, ou o Vereador Sá Fernandes viessem a terriro tomar uma posição firme em nome da ética e dos bons costumes (com medo certamente de perder a única autarquia que têm, fruto da autarca e não do partido).

Como alguém já disse a única máxima que o PCP e o Bloco de Esquerda se lembram de colocar em prática no que à Ética diz respeito é mesmo, «Faz o que eu Digo, Mas Não Fazas o que eu Faço».

Porque verdadeiramente, eles criticam tudo e todos, mas são eles que têm também os seus telhados de vidro.

No PSD assumimos os nossos caminhos, as nossas decisões, as nossas divergências, os nossos valores e as nossas causas. Mas a seguir à Teoria, somos consequentes e colocamo-la em prática. Nós não nos conformamos apenas em falar por falar. Nós não andamos atrás de títulos na comunicação social. Nós não nos esquecemos porque existimos. Nós não esquecemos que temos um Contrato de Respeito, de Responsabilidade e de Credibilidade com Portugal e com os Portugueses.

Por mais difícil que sejam as decisões a tomar, no PSD Fala-se e Actua-se. Gostaríamos que todos os partidos nos ajudassem nesta Batalha Civilizacional pela Credibilização da Política e dos Políticos. (\*) *Presidente da Distrital de Setúbal da JSD*

Da JSD de Válega

## Dia Nacional do Moínho

Vale a pena lembrar, a propósito da comemoração do dia Nacional do Moínho em Maio, a inexistência de uma verdadeira política de conservação e requalificação dos moínhos existentes em Válega, sendo que é pertinente fazer alguns comentários acerca desta temática da requalificação e conservação do património local tão importante, como são os moínhos existentes na freguesia.

Neste caso, embora se louve a iniciativa cívica do Sr. Américo Vieira, no sentido de recuperar este símbolo da nossa freguesia, é pena o poder actual está a dar esse apoio apenas “simbolicamente”, uma vez que é um caso de excepção, pois em devido tempo não apresentou candidatura aos fundos estruturais existentes para este tipo de requalificações, e que, assim, podiam ter neste momento fundos suficientes para ter uma acção global de preservação de memória dos antepassados e constituir uma forma de passar uma mensagem para as gerações actuais e futuras.

De facto, o actual Presidente da Câmara (que na altura era responsável pelo pelouro da Cultura), numa matéria tão importante para o património da nossa terra, não teve a sensibilidade para enquadrar um projecto integrado e sustentado com base nas áreas patrimoniais, culturais e antropológicas.

Nós, como oposição responsável que somos, sugerimos que de imediato a câmara de Ovar em parceria com a junta de freguesia de Válega se candidate ao próximo quadro de apoios QREN (quadro de referência Estratégica Nacional), PENT (Plano estratégico Nacional de Turismo) para o quadriénio 2007-2013 para assim evitar a perda de uma nova oportunidade de apoios comunitários para este tipo de situações.

– JSD/Válega

# JSD contra “decisão arrogante e prepotente” em matéria de fusão de Escolas

A Comissão Política de Secção da Juventude Social-democrata, reuniu de urgência na passada quinta-feira, com o propósito de analisar os mais recentes desenvolvimentos sobre a fusão da Escola Secundária, com a Escola EB 2-3 Vieira de Araújo, em particular, a manifestação dos alunos realizada nesse mesmo dia.

Assim, entendeu esta Comissão Política da JSD, tornar publica a sua posição:

1 – Considerar esta decisão arrogante e prepotente, uma vez que a mesma não foi discutida com os principais interessados, tais como, professores, pais, alunos e inclusive, com o Executivo Municipal. Não se compreende que num Estado Democrático se comuniquem decisões tão importantes para uma População sem que as mesmas tenham sido alvo de discussão.

2 – Entende a JSD local que esta decisão só vem retirar a autonomia das escolas, sendo que estas são quem melhor conhece a realidade social. Esta Fusão só vem trazer instabilidade e incerteza a uma comunidade escolar já de si tão descrente no futuro.

3 – Tendo em consideração a política de redução de investimento deste Governo, não acredita a JSD local que esta decisão seja para a melhoria das condições dos alunos, mas sim e mais uma vez, a redução de custos em áreas fulcrais para o desenvolvimento da sociedade. Sendo a Educação a base de um

Futuro melhor e numa altura em que tanto se fala das “Novas Oportunidades” e das exigências que se fazem aos alunos, pensa esta estrutura que deverá ser reforçada a aposta na qualidade do Ensino e não no desinvestimento no Futuro de Portugal!

4 – Segundo a JS local, esta Fusão não irá provocar alterações à qualidade do ensino, estando a JS de Vieira do Minho a favor da Fusão da Escola Secundária com a Escola EB 2-3 Vieira de Araújo, tendo sido dos únicos a aparecer de forma tão clara até agora na defesa desta decisão do Governo, contrariando a posição da Associação de Estudantes, da Associação de Pais, do Conselho Executivo da Escola e do Município de Vieira do Minho.

Se tudo é para ficar como até agora, então porquê a Fusão?

Assiste-se mais uma vez à supremacia dos valores

economicistas. Para este Governo, não existem pessoas, mas sim números, daí o receio da JSD de Vieira do Minho, quanto a uma possível redução de funcionários, diminuição da segurança e da qualidade do Ensino!

A JSD lembra a este Governo, que segundo o artigo 37.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, “Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população” e “O planeamento da rede de

estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens”, o que com esta fusão estará seguramente em causa.

5 – A presença da JSD de Vieira do Minho na manifestação dos alunos da Escola Secundária, visou demonstrar o apoio e solidariedade para com toda a comunidade escolar, vítimas daquilo a que se poderá apelidar de “Ditadura Moderna”!

6 – Para a JSD local, a coerência nas suas decisões é fundamental. Esteve e estará sempre ao lado dos Vieirenses, na defesa dos seus interesses. Assim, a JSD de Vieira do Minho, não está disposta a assistir calada e impune à delapidação dos vários serviços existentes no Concelho, como o Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde, manifestando desde já a sua disponibilidade para lutar pelos direitos de todos os Vieirenses!

– CPS/JSD- Vieira do Minho

## Daniel Fangueiro eleito Vice-Presidente da Juventude do Partido Popular Europeu

Daniel Fangueiro Presidente da Mesa do Congresso da JSD e Ex - Presidente dessa estrutura de Juventude foi eleito Vice - Presidente do YEPP ( Youth of the European People’s Party ), num congresso que decorreu este fim de semana na cidade de Estocolmo, na Suécia. O Congresso teve um total de 213 delegados de 36 países da Europa, sendo que 7 eram da Juventude Social Democrata. Neste Congresso comemorou-se também o 10º Aniversário do YEPP, fundado em 1997 e contou com a presença do primeiro Presidente do YEPP e actual Primeiro-Ministro da Suécia Fredrik Reinfeldt.

Depois de alguns anos sem contar com ninguém no Comissão Política (board) do YEPP Portugal volta a ter um membro eleito na direcção europeia da maior estrutura política de juventude da Europa, depois de já no passado, José Eduardo Martins (Deputado e ex Sec Estado do Ambiente), Miguel Coleta (Ex Deputado do PSD) e Pedro Duarte (Deputado e ex Sec. Estado da Juventude) terem sido Vice-Presidentes do YEPP.

A delegação portuguesa foi liderada pelo recém eleito Presidente



da JSD, Pedro Rodrigues e contou também com a presença da actual Presidente do EDS - European Democratic Students ( Estrutura estudantil do Partido Popular Europeu ) e directora de Relações

Internacionais da JSD Ana Filipa Janine.

Para Daniel Figueiro esta eleição significa “voltar a elevar o nome da JSD a um alto nível político europeu, de onde nunca deveríamos ter saído”

referindo ainda “sobretudo numa altura em que Portugal irá assumir a Presidência da UE, a qual esperamos venha a ser um sucesso quer para a UE quer para Portugal”.

- PL

Na “*Outra Banda*”...

## JSD do Seixal tem razão contra Câmara comunista Comissão Nacional de Eleições dá Razão à JSD contra CMSeixal

A Comissão Política de Secção da JSD do Seixal, regozija-se pela tomada de posição da Comissão Nacional de Eleições (CNE) face ao processo levantado contra a nossa estrutura partidária relativamente à colocação de propaganda junto à Av. 25 de Abril, na proximidade da rotunda da EN 10 e da Estação de Serviço da BP.

Segundo a informação da CNE, que cita o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 636/95 “O direito de liberdade de expressão apresenta uma dimensão essencial de defesa ou liberdade negativa: e, desde logo, um direito ao não impedimento de acções, uma posição subjectiva fundamental que reclama espaços de decisões livres de interferências estaduais ou privadas.”

A informação da CNE é uma demonstração clara e inequívoca que se consubstancia numa defesa



acérrima da liberdade de expressão, e que contraria directamente o processo levantado contra a JSD Seixal, quer na sua interpretação da lei – e sobre todas as outras vale a Lei Constitucional – quer na análise dos pressupostos que foram tidos em conta pela Câmara Municipal do Seixal (CMS).

A JSD Seixal continuará no entanto, a acompanhar com toda a atenção, os espirros totalitários da CMS, e não deixará em nenhum momento de continuar a pugnar pela defesa intransigente dos interesses da população do Concelho do Seixal.

A JSD Seixal, fica ainda à espera que o Sr. Presidente da Câmara Municipal se desculpe publicamente perante a JSD Seixal e os seus militantes, pelas infelizes declarações em que apelidou a JSD Seixal de “vândalos”!

Finalmente, a CPS da JSD Seixal assume peremptoriamente que lutara sempre pelos mais elementares princípios do Estado de Direito Democrático e que NUNCA deixará de manifestar publicamente as suas posições.

- CPS/JSD-Seixal





## BOMBARRAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Bombarral, para reunir no dia 17 de Junho de 2007, pelas 19h30 na sede do Partido, sita na Av. Dr. Joaquim Albuquerque, Loja 12 A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 19h30 e as 22h30, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no número 5 do artigo 9º do Regulamento Eleitoral.

As listas candidatas para os órgãos de secção a eleger directamente deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa, ou a quem o possa substituir, na Av. Dr. Joaquim Albuquerque, Loja 12 A – Bombarral, aberta naquele dia a partir das 21h00.

## DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 25 de Maio de 2007 (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Espinho, sito na Rua 23, nº 271, em Espinho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações e actividades;
2. Análise da situação política e partidária.

## SECÇÃO D

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção D de Lisboa, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 24 de Maio de 2007, pelas 21h00, na Sala Terraço das Estrelas, do Hotel Confort Inn Embaixador, sito na Av. Duque de Loulé, nº 73 (frente à Secção D), em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação do Relatório e contas de 2006 do PSD – Secção D;
3. Análise da situação política: Câmara Municipal de Lisboa.

## NÚCLEO DE SANTO TIRSO – S. MIGUEL DO COUTO (CPS Santo Tirso)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo, para reunir no próximo dia 15 de Junho de 2007, pelas 21h00, na sede do Núcleo, sita

à Rua Dr. Carneiro Pacheco, 33 – 1º Santo Tirso, estando as urnas abertas entre as 21h00 e as 23h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do Núcleo, sita à Rua Dr. Carneiro Pacheco, 33 – 1º Santo Tirso.



## BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se todos os militantes da Secção de Braga, para o Plenário de Secção, no próximo dia 15 de Junho de 2007, pelas 19 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua de Santa Margarida, n.º 2, 2.º andar, sala 9, em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Secção de Braga.

Nota: As listas candidatas aos respectivos órgãos deverão ser entregues conforme os Estatutos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 19 horas às 22 horas.

P'lo Presidente da Mesa de Plenário da JSD Braga  
(Luís Carlos Correia)

## CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se uma reunião/ Conselho Distrital da JSD Distrital/ Aveiro, para reunir no próximo dia 27 de Maio de 2007, pelas 17horas, na Sede do PSD de Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Análise da situação política;
- Análise do Congresso Nacional da JSD;
- Outros.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Aveiro  
(Amadeu Albergaria)

## CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD/Braga, para reunir no próximo dia 15 de Junho de 2007, pelas 21h30, na Escola Profissional Amar Terra Verde, na Rua do Autarca 4730 Vila Verde com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações.
- 2 - Eleição dos representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD.
- 3 - Análise da situação política.

4 - Outros Assuntos.

NOTA: As urnas estarão abertas das 22h às 24h, devendo as listas ser entregues até às 24h do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral na sede da JSD distrital de Braga, sita na Rua Santa Margarida, 2 – A 2º 4700 Braga, ao Presidente do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o substitua.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Pedro Rodrigues)

## CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Castelo Branco, a reunir dia 26 de Maio de 2007, pelas 15 horas, no Auditório do Museu da Geodesia, em Vila de Rei com a seguinte ordem de trabalhos:

- Definição do Calendário Eleitoral dos Órgãos Distritais e marcação da data do Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco

A Mesa do Congresso Nacional  
(Daniel Jorge Martins Fangueiro)

## CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata convoco o Conselho Distrital da Juventude Social Democrata do Porto para reunir no próximo dia 16 de Junho, pelas 10 horas, na Casa da Cultura de Paredes, sita na Avenida da República, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Apresentação e discussão das moções de estratégia sectorial e global

Ponto Dois: Eleição da Comissão Política Distrital e da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Porto

Nota: 1 - As urnas estarão abertas entre as 16h30 e as 18h30.

2 - As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD Distrital do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, nº 64, Porto.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Daniel Fangueiro)

## CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoca-se o Plenário Concelhio de Castelo Branco, para reunião a realizar dia 25 de Maio, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Castelo Branco, sita na Rua do Pina nº 6 em Castelo Branco com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política concelhia e distrital

O Presidente da Mesa do Plenário  
(António Manuel Carmona)

Rodrigues Mendes)

## GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Gondomar, para reunirem no próximo dia 12 de Junho de 2007, pelas 21 horas, na Sede Concelhia, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, em Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política;
- 3 - Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário  
(Vitor Barbosa)

## MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção para o Plenário a realizar no dia 22 de Junho de 2007, pelas 21h30, na Sede da Secção da JSD de Mafra, sita no Terreiro D. João V, 61 – 2º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política Local e Nacional;
3. Eleição da Comissão Política da JSD de Mafra.

Nota: As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24h00 do terceiro dia anterior, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede da JSD de Mafra.

As listas deverão ser acompanhada dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e listas de subscritores.

As urnas estarão abertas das 19h30 às 23h30.

A Presidente da Mesa do Plenário  
(Lúcia Maria Quitério Silva)

## NÚCLEO RESIDENCIAL DE PONTE DE VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Núcleo de Ponte de Vagos para o dia 16 de Junho de Junho de 2007, pelas 19h00, na sede do Núcleo da JSD de Ponte de Vagos, com a seguinte ordem de Trabalhos,

Ponto único: Eleição do Núcleo

Nota: As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na sede Concelhia da JSD, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das subscrições nos termos estatutários.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção Concelhia da JSD de Vagos  
(Luís Frade)